

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5

**Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2019



Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
5 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-165-7

DOI 10.22533/at.ed.657191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume V apresenta, em seus 36 capítulos os estudos mais recentes sobre as aplicações jurídicas, da psicologia, da ética e da comunicação na sociedade contemporânea.

A áreas temáticas deste livro mostram as aplicações dos estudos jurídicos sobre o cotidiano e o impacto de políticas inclusivas na construção dos espaços sociais modernos. Além disso a obra ressalta a importância das abordagens da ética e sociologia.

No segundo momentos são agrupados os estudos emergentes na área da psicologia e dos processos de comunicação e sua contribuição na construção de um ambiente pautado na educação, inclusão e participação ativa dos grupos sociais.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERDISCIPLINARIDADE NO DIREITO	
Elizabeth Alves Brito	
Rafaela da Cunha Cavalcanti	
Ranulfo Barbosa Santos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6571911031	
CAPÍTULO 2	8
A APLICAÇÃO DA TEORIA DO INADIMPLEMENTO MÍNIMO, OU ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL, AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: CONCEITUAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO	
Luiz Mesquita de Almeida Neto	
DOI 10.22533/at.ed.6571911032	
CAPÍTULO 3	17
A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ACUSAR E INVESTIGAR: “PODERES” INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Luiza Reiniger Severo	
DOI 10.22533/at.ed.6571911033	
CAPÍTULO 4	26
NOVAS LEIS PARA RESOLVER VELHOS PROBLEMAS - A EFETIVIDADE DA LEI E SUAS IMPLICAÇÕES COM O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Gisele Beran Medella D’Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.6571911034	
CAPÍTULO 5	40
NEGÓCIOS PROCESSUAIS A PARTIR DO CPC/15: ALCANCES E LIMITES SOB A PERSPECTIVA DA BOA-FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA	
Nathally Bianque Lopes Pereira	
Luciano Souto Dias	
DOI 10.22533/at.ed.6571911035	
CAPÍTULO 6	61
EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS: UMA RELAÇÃO ANTAGÔNICA NA PRÁXIS	
Gabriel Pereira de Carvalho	
Gustavo de Assis Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6571911036	
CAPÍTULO 7	63
O INSTITUTO DA FEDERALIZAÇÃO DAS GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS	
Denis Roberto Peçanha de Sant’Anna Almeida	
Luiz Felipe Barboza Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.6571911037	
CAPÍTULO 8	74
A SITUAÇÃO CARCERÁRIA E A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	
Karla Tayumi Ishiy	
DOI 10.22533/at.ed.6571911038	

CAPÍTULO 9 90

A FUNÇÃO SOCIAL E O EQUILÍBRIO CONTRATUAL NAS RELAÇÕES MASSIFICADAS DE CONSUMO

Marcelly Alves Araújo
Marina Arantes de Souza
Vitor Lemes Castro

DOI 10.22533/at.ed.6571911039

CAPÍTULO 10 100

A CONSTITUCIONALIDADE DAS NOVAS BIOTECNOLOGIAS AO SISTEMA AGROALIMENTAR BRASILEIRO

Ana Carolina de Moraes Garcia

DOI 10.22533/at.ed.65719110310

CAPÍTULO 11 115

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA SALINEIRA: ESTUDO DE CASO EM UMA SALINA DO MUNICÍPIO DE MACAU/RN

Brenno Dayano Azevedo da Silveira
Priscylla Cinthya Alves Gondim
Rogerio Taygra Fernandes Vasconcelos
Almir Mariano de Sousa Junior

DOI 10.22533/at.ed.65719110311

CAPÍTULO 12 130

O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO E SUA (DES)HARMONIA COM O SISTEMA CONSTITUCIONAL PÁTRIO

Guilherme Giovane Alves Taets
Raissa Dias Timóteo
Ana Cristina Magalhães Araújo Gorgulho

DOI 10.22533/at.ed.65719110312

CAPÍTULO 13 139

O IMPACTO DO CASO “A ÚLTIMA TENTAÇÃO DE CRISTO (OLMEDO JUSTO E OUTROS) VS. CHILE” COMO MARCO DA INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Beatriz Mendes Niyama
Gabriel Luís Massutti de Toledo Leme

DOI 10.22533/at.ed.65719110313

CAPÍTULO 14 143

PRECONCEITOS DE GÊNERO E SUA MANIFESTAÇÃO NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Natália de Souza e Mello Araújo

DOI 10.22533/at.ed.65719110314

CAPÍTULO 15 145

O RECONHECIMENTO DO CASAMENTO DE CASAIS COM SEXUALIDADES FORA DA NORMA: DO PROJETO DE LEI Nº 1.151 DE 1995 À RESOLUÇÃO Nº 175 DE 2013

José Aélson Pereira de Araújo
Carolina Quarteu Rivera

DOI 10.22533/at.ed.65719110315

CAPÍTULO 16 153

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICADO NA LEI MARIA DA PENHA

Antônia Alice Soares Araújo
Iáscaro Alves Campelo
Milton Sávio Melo Souto do Monte

DOI 10.22533/at.ed.65719110316

CAPÍTULO 17 165

BILHETES/*BEREUS* COMO AGENCIAMENTO PARA COMUNICAR NECESSIDADES DE SAÚDE EM PENITENCIÁRIA, MATO GROSSO

Reni Aparecida Barsaglini
Emília Carvalho Leitão Biato

DOI 10.22533/at.ed.65719110317

CAPÍTULO 18 177

REDE: UMA CATEGORIA EM ANÁLISE

Edjavane da Rocha Rodrigues de Andrade
Maria de Fátima Leite Gomes

DOI 10.22533/at.ed.65719110318

CAPÍTULO 19 188

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTATUTO DO IDOSO COMO GARANTIA AOS DIREITOS SOCIAIS

Priscilla Roberta Alves Diniz
Andrea Silvana Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.65719110319

CAPÍTULO 20 199

GESTÃO DE MOBILIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRECHEIROS EM CIDADES PEQUENAS

Cledione Jacinto de Freitas.
José Sterza Justo

DOI 10.22533/at.ed.65719110320

CAPÍTULO 21 214

PERFIL DE ACESSIBILIDADE NOS RESTAURANTES E HOTEIS DA ORLA MARITIMA DE JOÃO PESSOA: VERIFICAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

Yakey Santos da Silva
Francielly Sales da Silva
Paula Dutra Leão de Menezes
Patrícia Pinheiro Fernandes Vieira

DOI 10.22533/at.ed.65719110321

CAPÍTULO 22 229

O PROTAGONISMO DE IDOSAS FRENTE A CATÁSTROFES NATURAIS: A RESILIÊNCIA EM QUESTÃO

Leda Nardi
Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

DOI 10.22533/at.ed.65719110322

CAPÍTULO 23 238

OMÉDICOVETERINÁRIONONASF: SUA IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO DE ANTROPOZOONOSES E A ATUAL SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE) – REVISÃO DE LITERATURA

Lorena Maria Souza Rosas
Larissa de Sá Carvalho
Raisa Maria Souza Rosas
Vanessa Souza Inoue
Ana Caroline dos Santos
Lucas da Silva Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.65719110323

CAPÍTULO 24 246

SOBRE O LUTO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

André Victor Machado
Camila da Silva Ferrão
Giovanna Silva Segalla
Maria Virginia Filomena Cremasco

DOI 10.22533/at.ed.65719110324

CAPÍTULO 25 262

O PREÇO PELA EXPANSÃO DOS HORIZONTES FEMININOS: UMA ANÁLISE DIFERENCIADA DO ESTRESSE, OS MÚLTIPLOS PAPÉIS E A SOMATIZAÇÃO

Paula Beatriz Viana
Cristiane Camargo de Oliveira Brito

DOI 10.22533/at.ed.65719110325

CAPÍTULO 26 270

A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA: AS MULHERES IDOSAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira

DOI 10.22533/at.ed.65719110326

CAPÍTULO 27 283

A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS ATRAVÉS DE GRUPOS DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS/BA

Vanderleia Alves de Oliveira
Acácia Batista Dias
Ildes Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.65719110327

CAPÍTULO 28 296

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE VALENTE

Diana Paula Nunes do Carmo
Acácia Batista Dias
Ildes Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.65719110328

CAPÍTULO 29 310

A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO NÃO VIOLENTA DE CONFLITOS: CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

Alan Willian Leonio da Silva
Lúcio Mauro da Cruz Tunice

DOI 10.22533/at.ed.65719110329

CAPÍTULO 30	317
A DIDÁTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS ABORDAGENS DE ENSINO HUMANISTA E SOCIOCULTURAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes Edna Maria Querido de Oliveira Chamon Maria Aparecida Campos Diniz de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.65719110330	
CAPÍTULO 31	323
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA TEMÁTICA AMBIENTAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.65719110331	
CAPÍTULO 32	334
A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA MÍDIA: UMA ANÁLISE DO PODER DE INFLUÊNCIA DA MÍDIA BRASILEIRA, EM UM DEBATE COMPARATIVO ENTRE A REFORMA TRABALHISTA E A CONDENAÇÃO DE LULA	
Hellen Cristina Silva de Oliveira Raphael dos Santos Freitas Victor Pimenta Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.65719110332	
CAPÍTULO 33	348
A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL	
Márcio de Oliveira Guerra Vitor Pereira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.65719110333	
CAPÍTULO 34	357
PUBLICIDADE E MEDIATIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA	
Diogo Rógora Kawano Leandro Batista	
DOI 10.22533/at.ed.65719110334	
CAPÍTULO 35	371
SE EU TEMO, ENTÃO VOCÊ TAMBÉM VAI TER MEDO DE PERDER: OS BENS DE FORTUNA E A “PUBLICIDADE DE CHOQUE”	
Danielle Cândido Maria Virgínia Borges Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.65719110335	
CAPÍTULO 36	384
UMA PITADA DE RÁDIO NA POLÍTICA BRASILEIRA	
Luciana Antunes Renato Teixeira Elvis W Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65719110336	
SOBRE O ORGANIZADOR	392

REDE: UMA CATEGORIA EM ANÁLISE

Edjavane da Rocha Rodrigues de Andrade

Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa – PB

Maria de Fátima Leite Gomes

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB

RESUMO: O presente ensaio foi resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), vinculado a Graduação em Serviço Social, pela UFPB. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, voltada a analisar o papel que ocupa a ação em rede, especialmente, no âmbito da sociedade civil e sua relação com o Estado. O ensaio utiliza um referencial teórico que intenciona provocar pontos e contrapontos, de modo que, objetiva-se averiguar o espaço da rede, movido por contradições. Para isso, é necessário compreender a categoria rede, seus diversos conceitos, especialmente para as ciências sociais aplicadas.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Assistência Social; Rede; Rede Socioassistencial.

ABSTRACT: The present essay was the result of the Course Completion Work (TCC), linked to Graduation in Social Work, by the UFPB. It is a bibliographical and documentary research, aimed at analyzing the role of network action, especially in the context of civil society and its relationship with the State. The essay uses a

theoretical reference that intends to provoke points and counterpoints, so that, it is aimed to ascertain the network space, moved by contradictions. For this, it is necessary to understand the network category, its various concepts, especially for applied social sciences.

KEYWORDS: Social Assistance Policy; Network; Social and Social Network

1 | INTRODUÇÃO

Durante o processo de revisão bibliográfica sobre rede, identificam-se vários conceitos e interpretações sobre o tema. Com explicações e aplicabilidades em diversos campos, a categoria rede pode ter conceitos distintos, podendo está associada desde as concepções simplistas, como: armadilha, cilada, instrumento amortecedor, proteção e sustentação, como também, ser visto enquanto marco divisório de espaços entre concorrentes. (MOURA; LOIOLA, 2000). Apreendida, a partir do processo da globalização e do desenvolvimento da internet, fatores que possibilitaram a sua readequação e adaptação em diversas áreas, entre países, entre organizações locais e o Estado.

Este ensaio teórico, portanto, busca apreender e analisar, em certa medida, o tema proposto, a partir do entendimento e

classificação de alguns autores, sobre os diversos tipos de rede, à luz das mudanças na relação global, provenientes dos desdobramentos da recente crise do capital.

2 | A EMERGÊNCIA DA AÇÃO EM REDE

O mundo vive em processo de transformação constante, mas, a década de 1980 chegou envolta em uma grande crise estrutural e em um processo multidimensional associado à emergência do paradigma tecnológico, com base nas tecnologias de comunicação e informação que começaram a tomar forma desde os anos 1960 e que foi amplamente difundida, inicialmente, de forma desigual, por todo o mundo.

Gameiro (2016) associa o espraiamento da estratégia de globalização juntamente com os avanços tecnológicos do final do século XX, a partir de mudanças organizacionais de empresas, em resposta, principalmente, a grave crise econômica que passou a assolar o mundo desenvolvido e sua periferia. Conforme esse autor (2016, p. 7), “para se manterem competitivas, as empresas tendem a evoluir progressivamente para formas de organização mais globais [...]”. Neste sentido, os avanços na tecnologia serviram e servem, também, como instrumento de mobilização das empresas para se manterem no poder.

Parece pois pacífico considerar que a capacidade de construir e manter redes inter-organizacionais é, cada vez mais, a chave para sustentar vantagens competitivas no mundo de hoje e poder participar no aparentemente incontornável processo de globalização (GAMEIRO, 2016, p. 7).

Segundo Castells (2013), as redes se organizam e se programam para o domínio de atividades humanas de acordo com seus interesses e valores, com a intenção de exercer poder sobre a mente humana. Desta forma, as grandes redes ou o que o autor chama de metarredes, não se fundem, “[...] em vez disso, envolvem-se em estratégias de parceria e competição formando redes *ad hoc* em torno de projetos específicos.” (CASTELLS, 2013, p.16. Grifo do autor).

Assim, as redes financeiras de multimídia, de política, de produção cultural, militar, criminosa, de ciências, de tecnologia e administração do conhecimento – grandes redes – fazem parte das redes que tentam controlar a vida social, podendo se interligar para impor seu poder. Desta feita, para Castells (2013, p.17), “[...], enquanto as redes de comunicação processam a construção de significado em que se baseia o poder, o Estado constitui a rede-padrão para o funcionamento adequado de todas as outras redes de poder”.

Mediante o pensamento de Neves (2009), as redes se configuram: por redes sociais espontâneas, redes de serviços sóciocomunitários, redes setoriais públicas ou institucionais ou sociogovernamentais, redes setoriais privadas e redes sociais movimentalistas, ilustrado conforme quadro 1, abaixo:

REDES SOCIAIS ESPONTÂNEAS	Relações primárias, interpessoais e espontâneas (família, amigos, vizinhança, trabalho, dentre outras). Sua ação concretiza-se através das relações de reciprocidade, circulação de informações e prestação de serviços imediatos.
REDES DE SERVIÇOS SOCIOCOMUNITÁRIOS	Produzem serviços assistenciais de caráter mutualista, tais como mutirões para a construção de moradias, festas comunitárias, eventos culturais, esportivos, dentre outros.
REDES SETORIAIS PÚBLICAS OU INSTITUCIONAIS OU SOCIOGOVERNAMENTAIS	No campo do Estado, as redes representam formas de articulação entre agências governamentais, juntamente com redes sociais e implementam-se através das políticas públicas. Estruturam-se a partir do espaço público em função de necessidades tidas como direitos dos indivíduos (educação, saúde, habitação, etc.). Representam ainda coordenações ou comissões formais que reagrupam instituições engajadas nas mesmas políticas. A composição e missão são, geralmente, impostas por regulamentação, sendo que ocorre ainda a constituição de espaços públicos de negociação e participação da cidadania na gestão local, devido ao processo de democratização nas relações entre Estado e sociedade civil.
REDES SETORIAIS PRIVADAS	Por serem de caráter privado, seguem as leis do mercado, oferecendo seus serviços mediante pagamento. As relações sociais que caracterizam as mesmas são definidas por normas precisas, por funções e papéis atribuídos aos indivíduos para a realização de serviços. Nestas redes ocorre um nível avançado de formalização.
REDES SOCIAIS MOVIMENTALISTAS	Representam movimento social de defesa, garantia de direitos, de vigilância e luta reivindicatória por melhores condições de vida, além da afirmação de direitos. Constituem-se a partir da articulação de grupos e organizações sociais de naturezas e funções diversas, ligados através de relações institucionais e interpessoais. Estas redes oxigenam todas as demais, assumindo o papel de instituintes das novas demandas de justiça, mudanças de paradigmas, evolução socioeducacional e promoção humana.

Quadro 1- Caracterização das diferentes formas de redes

Fonte: Adaptado de Baptista (2000 apud NEVES, 2009. p. 157-158).

Outros analistas como Cardoso (2005, p.31), enfatizam que a rede é caracterizada por duas tendências: o individualismo e o comunalismo. Para o autor, por individualismo entende-se a construção de significações de projetos em torno do individual e, por comunalismo, a construção de sentidos e valores comuns a um determinado grupo. Observe-se mais apropriadamente, como se referem:

Diferentes observadores têm olhado para essas duas tendências como potenciais fontes de desintegração das actuais sociedades, enquanto as instituições sobre as quais elas assentam perdem a sua capacidade integradora, isto é, são cada vez mais incapazes de fornecer sentido às pessoas: a família de modelo patriarcal, as associações cívicas, as empresas e, acima de tudo, a democracia representativa e

o Estado-Nação, pilares fundamentais da relação entre a sociedade e as pessoas, ao longo do século XX (CASTELLS, 2003; 2004, GIDDENS, 2000 apud CARDOSO 2005, p. 31).

Na concepção de Loiola e Moura (2000), rede pode ter duas noções: ora rede unidirecional, ora multidirecional. Como rede unidirecional, citam as redes de transporte, de água, de esgoto, entre outros; nessas, os pontos de origem e destino são bem definidos. Na rede multidirecional, não há claramente um ponto de partida, existem as interligações que a caracteriza como multidirecional, podendo ser representada através das redes de computadores. Loiola e Moura (2000) dividiram as redes em quatro campos, que podem aproximar-se de rede unidirecional ou multidirecional. Para melhor compreensão, o quadro 2, abaixo, ilustra a questão:

CONCEITOS DE REDE	FOCO	CAMPO VIVENCIADO	CARACTERÍSTICAS
INTERPESSOAIS	Indivíduos.	Vizinhança; família; trabalho.	Estruturas informais; Base afetiva, podendo mudar ao longo do tempo. Ex.: Redes primárias; naturais; submersas; e Comunicação.
MOVIMENTOS SOCIAIS	Organizações; grupos; Indivíduos vinculados a ações/ movimentos reivindicatórios.	ONGs; Associações e Sindicatos.	Interações horizontais; Prática pouco formalizada ou institucionalizada entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais. Ex.: Redes sócias e de Solidariedade.
ESTADO/ POLÍTICAS PÚBLICAS	Políticas Sociais Públicas.	Entre agências governamentais e/ou destas com redes sociais; Organizações privadas; Orçamento Democrático.	Nível avançado de formalização. Redefinição das políticas Sociais; articulação entre Estado e Sociedade civil; Dinâmicas informais e Flexíveis. Ex.: Redes institucionais; Secundárias formais; Sócio governamentais e Redes locais de inserção.
NEGÓCIOS	Firma e Mercado.	Relação entre empresas (Comércio).	Organização Intermediária; Rompe com o princípio da hierarquia inflexível. Ex.: Redes de inovadores; Sistêmicas; Secundárias não-formais e Estratégicas.

Quadro 2 - Divisão de campos de rede

Fonte: Adaptado com base em LOIOLA e MOURA (2000, p. 55-57).

Entre as redes apresentadas no quadro acima, há interações entre as redes de movimentos sociais e de Estado e Políticas Públicas, apesar das divergências quanto as suas formas de organização; a primeira predomina a interação horizontal e pouco

formalizada, enquanto a segunda, é percebida com nível avançado de formalização.

Contudo, os novos arranjos na gestão da relação entre Estado e Sociedade civil proporcionam interações cada vez mais horizontais, flexíveis e dinâmicas. A globalização e o avanço tecnológico possibilitam mais flexibilidade para a rede de negócios. Conforme argumentam Loiola e Moura (2000, p. 60), “[...] se a cooperação e a solidariedade são a tônica nas relações intra-redes, a competição e o conflito entre as redes e outras organizações, são cada vez mais fortes.”

À luz do pensamento de Inojosa (1999, p. 117):

[...] rede é parceria e essa parceria pode articular famílias, estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas. Pode, portanto, envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais.

As redes para Inojosa (1999) são divididas segundo as relações entre os parceiros e o foco de atuação. Com relação entre os parceiros, a autora ressalta “[...] que todas as redes estão, de alguma forma, voltadas para a produção, quer de idéias, quer de bens e serviços para seus próprios membros, para o mercado ou para a sociedade.” (INOSOJA, 1999, p.119). Quanto ao foco de atuação, a mesma elucida dois tipos de rede: as redes de compromisso social e as redes de mercado.

As redes de mercado convivem com a competição e a cooperação, podendo unir-se para potencializar-se frente ao mercado. São exemplos de rede de mercado, a rede de serviços educacionais, a rede de lojas e a rede automotiva. Já a rede de compromisso social, se articula a partir de uma ideia-força, seu objetivo e estratégia de ação, vão sendo formuladas à medida que as ideias são expostas para a rede. Desta feita, segundo Inojosa (1999, p. 120):

A rede de compromisso social é aquela que se tece com a mobilização de pessoas físicas e/ou jurídicas, a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento social. Essa percepção ampliada da sociedade atrai essas pessoas para articularem-se em função de um propósito comum e as leva a definir, em conjunto, um objetivo comum, capaz de ser realizado através dessa sua articulação, com a preservação da identidade original de cada participante. (INOSOJA, 1999, p. 120, grifo do autor).

A impressão que se tem é que as pessoas como indivíduos ou como coletivos, não veem mais seus valores representados no Estado. Pois, este, já não consegue mais manter a característica centralizada de suas ações, identificando-se, cada vez mais a participação de representações sociais para gerir o que é público, ou seja, os valores e conceitos passam por mudanças que determinam como a sociedade enxerga e se relaciona com o Estado.

Contudo, Cardoso (2005) levanta outra hipótese:

Talvez aquilo a que se assista não seja a desintegração e fraccionamento da sociedade, **de seus significados e valores** (grifo nosso), mas a reconstrução das instituições sociais e, para além disso, da própria estrutura social, com base nos projectos autónomos dos sujeitos sociais. (CARDOSO 2005, p.31).

O processo de mudança é exatamente um fazer e refazer, seja nos significados

imbuídos na sociedade, na organização institucional ou na gestão do Estado, tais transformações trouxeram, e ainda trazem ao mundo, mudanças que levam diversos países a adaptarem-se do “Estado-Nação para o Estado em Rede”. (CASTELLS, 2005). Para Castells:

A crise do Estado-Nação deve-se ao fato de que a soberania deste Estado é desafiada pela sua incapacidade de conciliar o poder das redes globais e o desafio imposto pelas identidades singulares. Segundo ele, a capacidade instrumental do Estado-Nação está desafiada pela globalização das principais atividades econômicas. As políticas monetárias são de algum modo harmonizadas em nível supranacional. O Estado-Nação vem sendo cada vez mais destituído de poder no exercício de controle sobre a política monetária, na definição de orçamentos, organização da produção e do comércio globalizado. (CASTELLS, 2001 apud SOUZA; LUIZ; CARNEIRO, 2009, p. 3).

Neste sentido, para o referido autor, “[...] a governação é realizada numa rede, de instituições políticas que partilham a soberania em vários graus, que se reconfigura a si própria numa geometria geopolítica variável.” (CASTTELS, 2005, p. 26). É de comum acordo, entre diversos autores, que dois processos tenham contribuído de forma significativa para as mudanças na atual organização e gestão do Estado, que vêm ocorrendo em diversos países: a globalização e o avanço da internet.

[...] a internet originou-se de um esquema ousado, imaginado na década de 1960 pelos guerreiros tecnológicos da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (a mítica DARPA) para impedir a tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicações pelos soviéticos, em caso de guerra nuclear. (CASTELLS, 2005, p.44).

O resultado desse esquema possibilitou o desenvolvimento de uma rede multidirecional, a qual, não existe centro de comando, composta por diversas interligações, com inúmeras maneiras de se conectarem.

Para Castells (2005), a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a evolução e implantação do processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980, sem essa nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria tido uma realidade muito limitada. Os EUA, Finlândia, Singapura e outros países, já são considerados países com sociedade informacionais avançadas, de acordo com Castells (2005), “pode considerar-se que uma sociedade é informacional se possui uma sólida tecnologia de informação — infra-estrutura, produção e conhecimento.” (CASTELLS & HIMANEN, 2002 apud CARDOSO, 2005, p 33).

Foi com o avanço e disseminação do sistema tecnológico na década de 1990 que se torna possível à globalização, o avanço da tecnologia da informação que passou a aproximar pessoas, organizações, empresas, culturas e países no plano mundial. Assim, Castells (2001, p. 149) define globalização, como:

[...] um processo segundo o qual as atividades decisivas num âmbito de ação determinado (a economia, os meios de comunicação, a tecnologia, a gestão do ambiente e o crime organizado) funcionam como unidade em tempo real no conjunto do planeta.

Uma das áreas que sofreu alterações com a globalização e a internet foi à área

de comunicação. As pessoas passaram a ter acesso em tempo real às notícias de qualquer parte do mundo: em várias áreas com conflitos sociais, políticos, econômicos, ambientais, entres outros. Neste sentido, Castells chama a atenção para a mudança da relação entre a mídia e o Estado, que historicamente o último sempre deteve um amplo controle sobre o primeiro. Desta feita, tal mudança caracteriza-se pela crescente perda da capacidade de controle do Estado para com a mídia globalizada. Como diz Castells (2001, p. 153):

[...] cada vez mais, os políticos dependem mais dos meios muito mais do que os meios dependem dos políticos. [...] E à medida que os meios de comunicação participam da globalização empresarial e que esta é essencial para seu acesso à informação e recursos, o Estado perde o controle da informação - elemento básico no qual apoiava seu poder através da história.

Além da mídia, a globalização do crime organizado (tráfico de drogas, armas, pessoas, tecnologia de informações, mercadorias e lavagem de dinheiro) tem causado profundas mudanças na organização das instituições estatais. De acordo com Castell (2001, p. 155), “a crescente falta de operacionalidade do Estado-nação para resolver os problemas econômicos, de meio ambiente, da insegurança cidadã produz uma crise de confiança e legitimidade em boa parte da população em quase todos os países.” Pois:

As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder, que considero a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. (CASTELLS, 2013 p. 13).

Não foram só as grandes redes que alteraram sua relação com o Estado, à sociedade civil, também, ao longo de todo o processo de globalização vem construindo caminhos para reivindicar a representação de seus valores e interesses, que se reconfiguram, igualmente, através da constituição em rede. Segundo Castells (2013), isso ocorre devido o compartilhamento de

[...] dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo – e quando necessário pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais. (CASTELLS, 2013 p. 10).

Ainda conforme Castells (2013, p. 12):

Em 15 de outubro de 2011, uma rede global de movimentos Occupy, sob a bandeira “Unidos pela Mudança Global”, mobilizou centenas de milhares de pessoas em 951 cidades de 82 países, reivindicando justiça social e democracia verdadeira.

Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões.

O autor citado anteriormente, em seus diversos trabalhos, relaciona o acesso a redes de internet com a coordenação de ações da sociedade, mas ressalta que este é apenas um dos processos de comunicação pelo qual os movimentos sociais se relacionam com a sociedade em geral.

[...] movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas, ou coisa nenhuma delas. [...] Todos eles são sintomas de nossa sociedade, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisa.” (CASTELLS, 1999, p. 95).

Contudo, Castells (2013) utiliza-se da definição da tipologia clássica de Alain Touraine, com base nos princípios: a identidade do movimento – que se refere à autodefinição do movimento sobre o qual ele é; o adversário do movimento – que se refere ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento; e a visão ou modelo social (meta societal) – que dispõe acerca da visão do movimento, sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove. Assim, na opinião do citado autor:

[...] os novos movimentos sociais, em toda sua diversidade, reagem contra a globalização e seus agentes políticos, atuando com base em um processo contínuo de informacionalização por meio da mudança dos códigos culturais no cerne das novas instituições sociais (CASTELLS 1999, p. 135)

Na concepção de Montaño e Duriguetto (2011), os chamados “(novos) movimentos sociais” (NMS), que surgem em meados do século XX, às vezes são concebidos como complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos– “[...] lutas de classes diretamente vinculadas à contradição capital/trabalho” [outras vezes] “[...] como *alternativos* aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Nesta percepção:

Movimento e mobilização social: Deve claramente se diferenciar o conceito de *movimento* social do de *mobilização* social. Longe de se tratar de uma questão semântica, um “movimento social” caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma “mobilização social” remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída. Mobilização pode ser uma ferramenta do movimento; também uma mobilização pode se desdobrar em outras, até formar um movimento; mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264, grifo do autor).

Vale ressaltar que, os chamados “novos” movimentos sociais, na realidade, são sim, as diversas expressões da questão social espalhadas pelo mundo, entre elas, os movimentos ecológicos, feministas, homossexuais, dentre inúmeras outras, reflexos da luta de classes. Pois, o desafio é enxergar que os atores sociais podem mudar,

mas o contexto continua o mesmo, e que, o tempo só intensifica a esfera econômica e a divisão hierárquica do trabalho interligada com todas as refrações da questão social, e intimamente ligadas às lutas do capital-trabalho. Tal constatação traz à tona que a reprodução do capital ultrapassa os limites econômicos, chegando a atingir as condições da vida social, identidades, culturas, etnias e outros.

Assim, o recurso ao sistema em rede para fins de articulação e mobilização dos segmentos organizados da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, dos conselhos de políticas públicas e da própria estrutura das instâncias estatais, poderá ser um viés favorável ao processo de conquista por novos espaços públicos, bem como, a afirmação dos já existentes, a partir da concepção, da clareza dos limites e possibilidades do trabalho em rede, a fim de alcançarem-se estratégias qualificadas no embate e combate cotidiano entre forças sociais antagônicas.

Outrossim, a rede vem sendo utilizada como mecanismo de gestão pública, fato que se fortalece na conjuntura brasileira, sob o manto da democratização e participação social no espaço político da coisa pública. Entretanto, as contradições entre direitos e favores na formação histórica no Brasil, imprime à necessidade constante, no tocante a gestão pública, de um olhar crítico, conforme mencionado anteriormente, dos sujeitos que participam desse processo, com base: na clareza da concepção do papel do Estado e no encaminhamento das políticas, através de uma reflexão transparente na relação Estado-rede no desenvolvimento de ações, até pouco tempo vistas exclusivamente de responsabilidade do Estado, além da urgência das entidades e ou organismos sociais de serem comprometidos com o fortalecimento e afirmação de direitos, uma vez que, a correlação de forças pede o exercício diário da compreensão do sujeito social que cada organismo vinculado à sociedade civil, representa.

Através da gestão em rede, contudo, o Estado apregoa a pretensão de assegurar a efetividade das políticas públicas, tradicionalmente caracterizadas por ações setoriais, desarticuladas, centralizadoras e hierárquicas, bem como, superar a fragmentação da atenção às necessidades sociais, paralelismo de ações, centralização das decisões, informações e recursos. Com isso, o que se pode perceber é que a discussão sobre as redes está atrelada a um remodelamento do Estado, justificado pela crescente escassez de recursos e o aumento da demanda, em que este passa a incorporar critérios de gestão e organização próprias do mercado, buscando flexibilizar a organização burocrática, neste contexto de capital flexível. Assim, as redes “transformaram-se” em uma alternativa prática de organização, objetivando “responder” às demandas da flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas de atuação e articulação social diversa.

CONCLUSÃO

A percepção do sistema em rede enquanto modelo inovador na redução de

distâncias, na agilidade de contratação de negócios no mundo globalizado, apresenta, apenas, uma das inúmeras facetas que estabelece no mundo cada vez mais competitivo e desigual. Na realidade, não é possível desconsiderar, sob o ângulo do capital, os avanços econômicos, a partir de mudanças organizacionais de empresas, após a grave crise econômica dos anos 80 que passou a assolar o mundo desenvolvido e sua periferia. Assim, coloca-se a rede como saída para diferentes modalidades de problemas e desafios, seja na dimensão da sociedade, do mercado e do Estado, por considerar-se que, o resultado desse modelo possibilita o desenvolvimento de uma rede multidirecional, a qual não existe centro de comando, mas que, possui inúmeras maneiras de se conectarem.

Igualmente, o que não se deve desconsiderar na interpretação da capacidade que ocupa a rede, é que esta representa um papel que, embora lhe “atribuam” um caráter positivo, representa um espaço de disputa pela hegemonia. Pois, o papel da rede em suas inter-relações no contexto social, em suas diferentes configurações, indica outra forma de organizar e de vivenciar espaços de poder, os quais se revelam através da gestão e nas relações caracterizadas pela multi-liderança, conectividade, autonomia, descentralização, entre outros. Cada rede possui uma configuração particular, embora sob as mesmas diretrizes, dependendo do ambiente onde se forma e atua, dependendo ainda da cultura política de seus membros. Daí porque, a intrínseca urgência da clareza das definições, princípios, compromissos e ações que assumem cada composição de rede.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Vol. 2 Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. (1998) “Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informática”. In. **Sociedade e Estado em Transformação**. (coletânea). Bresser-Pereira, Wilhelm and Sola Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola, (Orgs). UNESP, 2001, p. 147-171.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. vol.1 Trad. Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede**: do conhecimento à ação política; (Conferência). Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005.

CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel (Org.) **A Sociedade em Rede**: do Conhecimento à Acção Política. (Conferência). Centro Cultural de Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

GAMEIRO, P. A. D. H. **As organizações em rede**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC). Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/gameiro-paulo-as-organizacoes-em-rede.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2016

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro: v. 33, n. 5, p. 115-141, 1999.

LOIOLA, E.; Moura S. “Análise de Redes: uma contribuição aos estudos organizacionais”. In: FISCHER, T. (org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 53 – 68.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Marília. REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL: UMA AÇÃO POSSÍVEL?. Uberlândia: **Revista da Católica**, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009.

SOUZA, Maria; LUIZ, Janailson; CARNEIRO, Maria. **A crise do Estado – Nação e seu reatamento nas política públicas**. (IV Jornada Nacional de Políticas Públicas) 2009, p.3.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-165-7

